

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.632 - SP (2019/0303878-2)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
THOMAZ FITERMAN TEDESCO - SP379321
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS EDUARDO PENTEADO DE MORAES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de CARLOS EDUARDO PENTEADO DE MORAES, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no (*Habeas Corpus* n. 0017406-73.2019.8.26.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime previsto no art. 155, *caput*, do Código Penal (furto). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Foi impetrado *habeas corpus* pela defesa perante o TJSP, que denegou a ordem. O acórdão ficou assim ementado:

HABEAS CORPUS - Furto simples ~ Revogação da prisão preventiva - Impossibilidade - Réu reincidente - Hipótese do inciso II, do artigo 313. do CPP - Presentes os requisitos ensejadores da prisão ~ Garantia da ordem pública - Impossibilidade de fixação de quaisquer das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal - decisão de primeira instância bem fundamentada, não havendo o que ser modificado ~ Ordem denegada,

Agora a defesa impetra a presente medida nesta Corte sustentando desproporcionalidade na constrição cautelar do paciente na medida que se trata de crime de furto simples de *res* que foi devolvida. Assegura que medidas cautelares diversas se prestam a acautelar o interesse público.

Requer, em liminar e no mérito, seja revogada a prisão preventiva do paciente, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do

Superior Tribunal de Justiça

periculum in mora, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator